



JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

Reunião do Comitê Estratégico – RCE

RCE nº 21/2020

Local: Ambiente virtual

Data: 16.06.2020
Horário: 16:30 às 17:30

Comitê Estratégico	Membros	Área
Diretor-Geral	HUGO PEREIRA FILHO	DIGER
Assessoria da Presidência	CAIO GUIMARÃES	ASJUR
Secretários	MARIA CECILIA DE SÁ ARRUDA	SCR
	ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES	SJU
	CARLOS ANTÔNIO SAMPAIO DE MELO (ausente)	STI
	IBERÊ COMIN NUNES	SOF
	BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO	SAD
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE	SCI
	JARBAS MARINHO LOPES	SGP
Coordenadoria de Eleições	EDNA FERNANDES SABOIA	COELE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral	ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA	COEJE

	Participantes Convidados	Área
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	JOSÉ ROMAICO DE CARVALHO	ASPEG
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	YURI HOLANDA CRUZ	ASPEG
Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial	ALINE OLIVEIRA MARTINS	ASCOM
Assessoria da Diretoria-Geral	ROBERTA MARTINS DE CASTRO	ASDIR
Coordenadoria de Atendimento ao Eleitor	LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO	COATE
Ouvidoria Regional Eleitoral	ANNA CAROLINA A. F. L. MELO SILVA	OUVIR
Ouvidoria Regional Eleitoral	LIVIA NEIVA MOUSINHO	OUVIR

Pauta:

1. Plano de retorno

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A Diretoria-Geral abriu trâmite colaborativo para manifestação sobre plano de retorno ao trabalho presencial das zonas eleitorais, com prazo até dia 19 de junho, sexta-feira. As secretarias da sede devem elaborar seus respectivos planos até a mesma data.	Todas as unidades	19/06

2. Alteração no cronograma de publicação dos planos institucionais

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão deu ciência aos presentes da alteração do cronograma de aprovação dos planos institucionais que começarão a viger em 2021, no fito que manter alinhamento com o novo Planejamento Estratégico que está sendo elaborado.	--	--

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>Os novos prazos de publicação estão consignados na Resolução TRE-CE nº 768/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PEJE: Dezembro de 2020. • PETIC e PEGP: Abril de 2021. • PDTIC e PDDC: Junho de 2021. • Planos Setoriais (ações sem demanda orçamentária): Janeiro de 2021. • Matriz de riscos e controles: Janeiro de 2021. <p>Pontuou-se ainda a necessidade de empregar esforços no sentido de criar planos institucionais que sejam colaborativos, úteis e adaptáveis.</p>		

3. Análise do ciclo 2015 -2020

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>Na intenção de contextualizar a discussão, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão relembrou de matéria já apresentada ao COE: a análise do ciclo de planejamento 2015 – 2020.</p> <p>A análise foi baseada na Consulta 1 dos processos revisionais do PEJE e está consignada em seu relatório (em anexo). Basicamente, esta etapa visava fomentar a reflexão, entre os gestores dos níveis estratégico e tático, sobre o ciclo de planejamento, de modo a captar a percepção de alcance, ou não, do cenário desejado.</p>	--	--

4. Valores Institucionais

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>Foi apresentado o relatório da segunda consulta dos trabalhos revisionais (em anexo) do PEJE. Esta segunda consulta buscava identificar, na percepção dos servidores, quais são os valores institucionais mais adequados para a Justiça Eleitoral, durante o próximo ciclo de planejamento.</p> <p>Pontuou-se a livre adesão à consulta e a maioria de participação das unidades de nível operacional da instituição (seções e zonas eleitorais), sugerindo a necessidade de garantir uma maior participação destas unidades nas instâncias de governança, além da necessidade de promover uma melhor comunicação da estratégia para garantir alinhamento.</p> <p>A consulta oferecia uma cesta composta por valores dos órgãos da Justiça Eleitoral e CNJ, além de valores frequentemente encontrados na literatura especializada. Os participantes foram convidados a selecionarem até 10 (dez) valores mais que julgassem mais importantes para o próximo ciclo de planejamento. Além disso, foi disponibilizado espaço aberto para que os respondentes incluíssem valores que considerassem importantes que não figurasse na cesta oferecida.</p> <p>A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão apresentou um gráfico de frequência das respostas, destacando as dez mais lembradas, os valores hoje vigentes na Justiça Eleitoral do Ceará e os valores definidos para o Poder Judiciário para o ciclo 2021- 2026.</p> <p>De posse destas informações, informou que o COE definiria os valores institucionais para o próximo ciclo. Restou acordado que as respostas poderiam ser encaminhadas para a ASPEG, via e-mail, até dia 19/06, sexta-feira.</p>	COE	19/06

Deliberações	Área Resp.	Prazo
Ao ensejo, os seguintes integrantes do Comitê Estratégico já registraram seus votos:		
Maria Cecília de Sá Arruda (SCR):		
<ul style="list-style-type: none"> • Ética; • Transparência; • Valorização de pessoas; • Responsabilidade socioambiental; • Inovação, e • Imparcialidade. 		
Edna Fernandes Saboia (COELE):		
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização de pessoas; • Satisfação do usuário; • Transparência; • Ética, e • Excelência. 		
Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes (SJU):		
<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade socioambiental; • Valorização de pessoas; • Segurança jurídica; • Celeridade; e • Fortalecimento da imagem institucional. 		
Jarbas Marinho Lopes (SGP):		
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização de pessoas; • Transparência; • Eficiência; • Ética; e • Cidadania. 		
Iberê Comin Nunes (SOF):		
<ul style="list-style-type: none"> • Ética; • Transparência; • Segurança jurídica; • Satisfação do usuário; e • Honestidade/integridade. 		
Rodrigo Ribeiro Cavalcante (SCI):		
<ul style="list-style-type: none"> • Transparência; • Excelência; • Segurança jurídica; • Eficiência; e • Valorização de pessoas. 		
Hugo Pereira Filho (DIGER):		
<ul style="list-style-type: none"> • Ética; • Transparência; • Valorização de pessoas; • Excelência; e • Inovação. 		

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>Benedito Sérgio Monte Silva Coelho (SAD):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética; • Transparência; • Satisfação do usuário; • Eficiência; • Inovação, e • Justiça. <p>A ASPEG fará a compilação dos valores e apresentará proposta ao COE em reunião.</p>		

5. Missão Institucional

Deliberações	Área Resp.	Prazo
A ASPEG apresentou o resultado da terceira consulta dos trabalhos revisionais, cujo relatório se encontra em anexo.		
A consulta indagava ao COE se a descrição da Missão da Justiça Eleitoral do Ceará "Garantir a legitimidade do processo eleitoral" está adequada para o próximo ciclo de planejamento.	--	--
Foi dada ciência ao COE que 89% dos respondentes confirmaram adequação.		

Assinam eletronicamente:

HUGO PEREIRA FILHO
DIGER

CAIO SILVA GUIMARÃES
ASJUR

MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA
SCR

ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES
SJU

CARLOS ANTÔNIO SAMPAIO DE MELO
STI

IBERÊ COMIN NUNES
SOF

BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO
SAD

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SCI

JARBAS MARINHO LOPES
SGP

EDNA FERNANDES SABOIA
COELE

ÁGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA
COEJE